

PROCESSO ADMINISTRATIVO

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 2022.07.11.01

UNIDADE ADMINISTRATIVA

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

OBJETO: Locação de um imóvel, com subsidio de Aluguel Social, destinado a uma família a ser acompanhada pela equipe técnica do CRAS.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 07.01.08.122.0002.2.050

ELEMENTO DE DESPESAS: 3.3.90.36.00

DATA DE EMISSÃO: 11 de julho de 2022.

ORDENADORA DE DESPESA: Maria Aparecida de Alcântara.

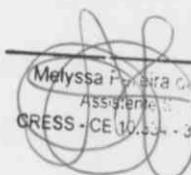
JULHO/2022

Icapuí-CE, 27 de Junho de 2022

RELATÓRIO SOCIAL (TÉCNICO)



Constatamos, por meio de visita, realizada no dia 15 de junho de 2022, que a família da Sra. FRANCISCA NAGILA DA COSTA OLIVEIRA necessita de assistência deste município no que se refere aos benefícios eventuais para atender uma situação de vulnerabilidade emergencial de caráter transitório, onde a mesma morava de aluguel com seus dois filhos menores de idade. A família se encontra com renda inferior $\frac{1}{4}$ do salário mínimo, estando atualmente em vulnerabilidade socioeconômica, devido a usuária estar desempregada, ser mãe solo e não recebe pensão, tendo apenas como renda o auxílio- Brasil, o que se torna insuficiente para manter as despesas da casa. Assim, subsidiados pela Lei Municipal Nº 562/2012, encaminhamos esta família para o aluguel social objetivando moradia temporária na residência da Sra. DAMIANA LOPES DE MARIA, atual proprietária.


Melyssa Pereira G. Araújo
Assistente Social
GRESS - CE 10.334 - 3 REGIAC



1. OBJETO DA AVALIAÇÃO:

Refere-se à avaliação de um imóvel para fins de locação, situado na cidade de Icapuí- CE, terreno próprio, construído em alvenaria, com cobertura em telha cerâmica, situado no Bc corredor da Barra Grande, s/n, Cajuais, Icapuí-Ceará, CEP:62.810-000 com uma área total construída de 375,00 m² (trezentos e setenta e cinco metros quadrados), sendo 25,00 m (vinte e cinco metros) de comprimento e 15,00 m (quinze metros) de largura.

2. LOCALIZAÇÃO:

O imóvel está localizado no Bc. corredor da Barra Grande, s/n, Cajuais, CEP: 62.810-000, Icapuí-CE.

3. PROPRIETÁRIO:

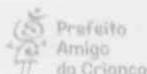
Sra. Damiana Lopes da Silva, portador do CPF 812.198.904-30, RG N° 2021023306-5. Residente e domiciliado na Pv Tanque do Lima, s/n°, Mata Fresca, CEP: 62.800-000, Aracati-CE.

4. INTERESSADO:

Secretaria de Assistência Social. O imóvel será locado como subsídio do Aluguel Social para uma família acompanhada pela equipe técnica do CRAS.

5. JUSTIFICATIVA:

Constatamos, por meio de visita, realizada no dia 15 de junho de 2022, que a família da Sra. FRANCISCA NAGILA DA COSTA OLIVEIRA necessita de assistência deste município no que se refere aos benefícios eventuais para atender uma situação de vulnerabilidade emergencial de caráter transitório, onde a mesma morava de aluguel com seus dois filhos menores de idade. A família se encontra com renda inferior ¼ do salário mínimo, estando atualmente em vulnerabilidade socioeconômica, devido a usuária estar desempregada, ser mãe solo e não recebe pensão, tendo apenas como renda o auxílio - Brasil, o que se torna insuficiente para manter as despesas da casa. Assim, subsidiados pela Lei Municipal N° 562/2012, encaminhamos esta família para o aluguel social objetivando moradia temporária na residência da Sra. DAMIANA LOPES DE MARIA, atual proprietária.





6. AVALIADORES:

- Anderson da Silva Pereira;
- Úrsula Cristina Batista Maia Silva;

7. OBJETIVO DO TRABALHO:

Estimativa de mercado para fins de locação.

8. NÍVEL DE RIGOR:

Normal, de acordo com a NBR-14.653-2.

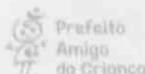
9. SISTEMÁTICA DE TRABALHO:

Durante o trabalho, adotaram-se os seguintes procedimentos:

- Em vistoria a região nota-se uma tendência de uso misto (residencial e comercial), rua com água, iluminação pública, linha telefônica (fixa e móvel) e sem pavimentação. O imóvel encontra-se em bom estado de conservação de uso com revestimento em todas as paredes internas. As instalações elétricas e hidráulicas também se encontram em bom estado.
- Na pesquisa de mercado foram encontrados diversos preços.
Para prédios: método comparativo de dados de mercado, utilizando-se de pesquisa de preços de imóveis localizados em áreas próximas ao imóvel em questão ou quando da obtenção de dados suficientes, utilizando de metodologia científica (estatística inferencial).

10. REGIÃO:

Trata-se de zona urbana do município de Icapuí-CE, com infraestrutura de energia elétrica e telefone, rua com pavimento e com abastecimento de água.





11. CONCLUSÃO:

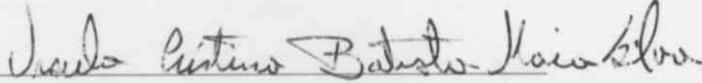
Valor observado na presente avaliação para imóvel avaliando no Bc corredor da Barra Grande, s/n, Cajuais, Icapuí-CE, consoante as normas brasileiras de avaliação vigentes, em 30 de junho de 2022, considerando o valor de locação, em números redondos é de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) por mês, durante um período de 6 meses. Não tendo mais a acrescentar, encerramos nosso trabalho de avaliação para apreciação de Vossa Senhoria, prontificando-nos a prestar quaisquer esclarecimentos ou duvidas adicional que possam surgir. O Laudo Técnico apresentado está confeccionado em uma só face com 02 (duas) folhas, rubricadas e esta última, datada e assinada pelos avaliadores.

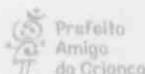
Icapuí-CE, 30 de junho de 2022


ANDERSON DA SILVA PEREIRA

Engenheiro Civil

CREA/CE – RNP 061510131-3


URSULA CRISTINA BATISTA MAIA SILVA
Coordenadora de Obras e Serviços Público



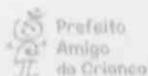


ANEXO I

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

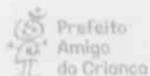


[Handwritten signatures]





PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUI
CEARÁ
Fls 06/22
Q



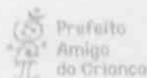
[Handwritten signatures]



PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUI
07/22
R



[Handwritten signatures]





Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Ceará

COMPLEMENTAR à
CE20170265853



1. Responsável Técnico

ANDERSON DA SILVA PEREIRA

Título profissional: **ENGENHEIRO CIVIL**

RNP: **0615101313**

Registro: **320830CE**

2. Dados do Contrato

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUÍ**

AVENIDA 22 DE JANEIRO

Complemento: **PRAÇA ADAUTO ROSEO**

Cidade: **Icapuí**

Bairro: **CENTRO**

UF: **CE**

CPF/CNPJ: **10.393.593/0001-57**

Nº: **5183**

CEP: **62810000**

Contrato: **Não especificado**

Celebrado em:

Valor: **R\$ 2.400,00**

Tipo de contratante: **Pessoa Jurídica de Direito Público**

Ação Institucional: **NENHUMA - NÃO OPTANTE**

3. Dados da Obra/Serviço

RUA Corredor da Barra Grande

Nº: **00**

Complemento:

Bairro: **Cajuals**

Cidade: **ICAPUÍ**

UF: **CE**

CEP: **62810000**

Data de Início: **30/06/2022**

Previsão de término: **30/06/2022**

Coordenadas Geográficas: **-23.101023, -44.707445**

Finalidade: **SEM DEFINIÇÃO**

Código: **Não Especificado**

Proprietário: **Damiana Lopes da Silva**

CPF/CNPJ: **812.198.904-30**

4. Atividade Técnica

14 - Elaboração

Quantidade

Unidade

66 - Laudo > PLANEJAMENTO URBANO, METROPOLITANO E REGIONAL > AVALIAÇÃO
PÓS-OCUPAÇÃO > DE AVALIAÇÃO PÓS-OCUPAÇÃO > #10.8.1.1 - EM ÁREA URBANA

375,00

m2

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deve proceder a baixa desta ART

5. Observações

Laudo de Locação de imóvel com uma área equivalente de 375,00 m² para fins de aluguel social junto com a Secretaria de Assistência Social.

6. Declarações

- Declaro que estou cumprindo as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no decreto n. 5296/2004.

7. Entidade de Classe

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENGENHEIROS CIVIS (ABENC)

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

ANDERSON DA SILVA PEREIRA - CPF: 024.869.603-33

Local

de

data

de

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUÍ - CNPJ: 10.393.593/0001-57

9. Informações

* A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.

10. Valor

Valor da ART: **R\$ 88,78**

Registrada em: **04/07/2022**

Valor pago: **R\$ 88,78**

Nosso Número: **8215476132**

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <https://crea-ce.sitac.com.br/publico/>, com a chave: 6wAx6
Impresso em: 06/07/2022 às 11:08:01 por: , ip: 189.127.36.23




MINISTÉRIO DA FAZENDA
 Secretaria da Receita Federal

CPF

Cadastro de Pessoas Físicas
 Número de Inscrição
812.198.904-30

Nome
DAMIANA LOPES DA SILVA

Nascimento
16/01/1972



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO CEARÁ
 SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
 POLÍCIA PORMEN DO ESTADO DO CEARÁ
 COORDENADORIA DE IDENTIFICAÇÃO HUMANA E PESSOAS BIOMÉTRICAS



NOME
DAMIANA LOPES DA SILVA

FILIAÇÃO
JOSÉ OLIVEIRA DA SILVA

RAIMUNDA ANTONIA LOPES

DATA NASCIMENTO NATURALIDADE
16/01/1972 UPANEMA - RN

UNIDADE EXPEDIDOR TIPO FATOR RH
SSPDS-CE XXX

OBSERVAÇÃO
Damiana Lopes da Silva

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Rev. L. M. P.
Imp. M. P.



LEI Nº 7.116 DE 29 DE AGOSTO DE 1983

CPF: 812.198.904-30 DIN: XXXXXXXXXXXXXXXX

REGISTRO DERAL LOCAL DATA DE EXPEDIÇÃO OUTRO RG
2021023306-5 P.: 35 22/02/2021

REGISTRO CIVIL 1ª VIA
CERT. CASAMENTO CARTÓRIO: 1º OFÍCIO TERMO: 0001328 FOLHA: 00000230
LIVRO: B00005 ICAPUÍ - CE

NOME SOCIAL
 XXXXXXXXXXXXXXXX

POLEGAR DIREITO

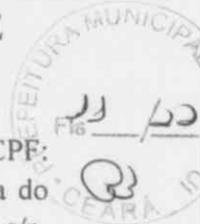
T. ELETOR	CTPS	SERIE	UF
XXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXX	XXXX	XX
NOME PROFISSIONAL	XXXXXXXXXXXXXXXXXX		
CERT. MATRIM.	XXXXXXXXXXXXXXXXXX		
CNH	XXXXXXXXXXXXXX		

Assinatura do Diretor: *João Paulo Fagundes da Silva*
 ASSINATURA DO DIRETOR

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL



INSTRUMENTO PARTICULAR DE TROCA DE TERRENOS E CASAS



Eu, **ILMAR REIS SANTOS**, brasileiro, casado, comerciante, portador do RG: 302809696 e CPF: 856.188.883-00, e minha esposa **IVONETE PEREIRA NUNES**, brasileira, casada, portadora do RG 2342863-92 e CPF 979.624.143-91, residentes e domiciliados na Travessa 22 de Janeiro, s/n, Morro Alto, Icapuí/CE. Proprietárias de terreno, com uma casa, localizado no endereço acima citado, o terreno mede 7,70m de frente e 25,10m de comprimento, a casa mede 6,50m de frente por 18,50m de comprimento, possui 9 cômodos distribuídos da seguinte maneira: 3 quartos, 1 sala, 1 cozinha, 2 banheiros, 1 área com garagem e 1 sala de jantar, onde confronta-se à esquerda José Airton de Oliveira, à direita Luzia Reis Santos, frente com a rua e fundos com Francisco Fernando da Silva.

De outro lado o Sr. **FRANCISCO FERNANDO DA SILVA**, brasileiro, casado, agricultor, portador do RG: 863.297 e CPF: 359.031.633-00, e minha esposa **DAMIANA LOPES DA SILVA**, brasileira, casada, portadora do RG 1294056 e CPF 812.198.904-30, residentes e domiciliados na Rua do Ginásio Gabriel, 16, Morro Alto, Icapuí-CE. Proprietário de terreno com uma casa localizada na Rua do Ginásio Gabriel, 16, Morro Alto, Icapuí-CE, onde o terreno mede 15m de frente por 25,40 de comprimento, a casa mede 6,84m de frente por 15m de comprimento, possui 8 cômodos distribuídos da seguinte maneira: 2 quartos, 1 banheiro, 1 sala, 1 cozinha, 1 dispensa, 1 área de serviço e 1 área na frente, confrontando-se à esquerda Francisco Raimundo Félix, à direita João Batista Reis Santos, frente a rua e fundos com Ilmar Reis Santos.

Tem entre si justos e contratados a troca destes terrenos acima descritos por igual.

Sendo os bens trocados, pela qual lhe dá plena e irrevogável quitação de paga, obrigando-se ainda a fazer esta troca sempre boa, firme e valiosa e a responder pela evicção de direito, em qualquer tempo e desde já transferem entre si, todo o domínio, posse, direito e ação que exercia sobre o referido imóvel com suas benfeitorias.

Icapuí, 04 de dezembro de 2014.



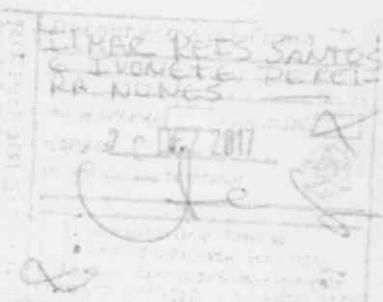
Ilmar Reis Santos
ILMAR REIS SANTOS

Ivone Pereira Nunes
IVONETE PEREIRA NUNES



Francisco Fernando da Silva
FRANCISCO FERNANDO DA SILVA

Damiana Lopes da Silva
DAMIANA LOPES DA SILVA





Comercial Energética do Ceará
Rua Pedro Valdezes, 160
Fortaleza - CE - CEP: 20135-040
CNPJ: 07.047.251/0001-70 - GGP: 06.105.849-3

DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL DE ENERGIA ELÉTRICA ELETRÔNICA



CLASSIFICAÇÃO DA UNIDADE CONSUMIDORA B2 RURAL - Residencial rural - AT735R20 - 135000 - 3184580-FAE-297	TIPO DE FORNECIMENTO Monofásico
FRANCISCO FERNANDES DA SILVA PV TANQUE DO LIMA, 0 DISTRITO DE MATA FRESCA, ARACATI, CE CEP: 62800 000 CPF: *** 031.63** - INSC. EST.: ISENTO	NELETRONICA (LIMITE CONSUMIDORA) 3031698
	Nº DO CLIENTE 3031698

MES/ANO DE REFERÊNCIA 04/2022	PERÍODO 30/05/2022	TOTAL A PAGAR R\$ 55,82
----------------------------------	-----------------------	----------------------------

INFORMAÇÕES FISCAIS



NOTA FISCAL N 011519533 - SERIE 001 / DATA DE EMISSÃO 22/04/2022
EMITIDO EM CONTINGÊNCIA - Pendente de Autorização
Consulte pela Chave de Acesso em
<http://efre.portal.sefazvirtual.rs.gov.br/NF3efconsulta>
chave de acesso
2322 040 / 0472 5100 0170 6600 0011 5195 3310 2581 4372
Protocolo de autorização 3252200010183607 - 22/04/2022 às 22:42:19:03:00
CPF 0256 - VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA ESTAB DE PRODUTOR RURAL
Data de apresentação: 23/05/2022

RELAÇÕES IMPORTANTES

FATURADO POR MÉDIA - LEITURA BIMESTRAL

A Aneel definiu que a partir de 16/04/22 a bandeira tarifária será a verde, sem custos adicionais na fatura. A cobrança da bandeira escassez hídrica será proporcional aos dias de consumo anteriores a essa data (exceto para cliente tarifa social).

Informamos que a tarifa da Enel Ceará foi reajustada, em média 24,85%, por meio da REH ANEEL nº 3026/22, com vigência de 22/04/22 a 21/04/23

Unid. consumidora enquadrada na subclasse Rural Residencial Rural, faturada com desc. tarifário de R\$ 5,73.

DATAS DE LEITURA	LEITURA ANTERIOR	LEITURA ATUAL	Nº DE DIAS	PRÓXIMA LEITURA
	22/03/2022	22/04/2022	31	23/05/2022

DESCRIÇÃO DO FATURAMENTO

Item de Fatura	Unid	Qtde	Preço un (R\$) contributos	Valor (R\$)	PIF/COFINS	BC (R\$)	Aliq (R\$)	ICMS (R\$)	Tarifa un (R\$)
Energia Alta Fomecma TE	kWh	52	0,22946	11,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,22927
Energia Alta Fomecma T154	kWh	52	0,06775	3,52	1,12	0,00	0,00	0,00	0,26522
Adicional Band Verde B4	kWh	52	0,11485	5,96	0,11	0,00	0,00	0,00	0,10463
Benefício Tarifário Euba			0,00000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00000
Benefício Tarifário Equilíbrio			0,00000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00000
Imp. Municipal			0,00000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00000
Multa			0,00000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00000
SUBTOTAL FATURAMENTO:				19,41					
SUBTOTAL OUTROS:				4,47					
TOTAL:				23,88	2,06	0,00		0,00	

EQUIPAMENTOS DE MEDIÇÃO E CONSUMO NO PERÍODO

Medidor	P	Recebido/Seg	Data de R	Leitura	Data de R	Leitura	Fator	Consumo	Dias
1345811 AL/20	HT	HT	2022	4304	2022	4295	1	92	31

Tipos Fat. LID - Lido, MED - Média de consumo, MIN - mínimo bimestral

CONSUMO POR MÊS				PROFITO		
Mês/Ano	Consumo (kWh)	Lido	MED	PIF	BC (R\$)	VALOR R\$
MEI/2021	144	30	LID	0,00	0,00	0,00
JUN/2021	82	30	LID	0,00	0,00	0,00
JUL/2021	92	31	LID	0,00	0,00	0,00
AUG/2021	77	32	LID	0,00	0,00	0,00
SET/2021	92	30	LID	0,00	0,00	0,00
OCT/2021	90	30	LID	0,00	0,00	0,00
NOV/2021	82	32	LID	0,00	0,00	0,00
DEZ/2021	71	30	LID	0,00	0,00	0,00
JAN/2022	82	30	LID	0,00	0,00	0,00
FEB/2022	77	31	LID	0,00	0,00	0,00
MAR/2022	91	31	LID	0,00	0,00	0,00
ABR/2022	136	30	LID	0,00	0,00	0,00
MAY/2022	79	31	LID	0,00	0,00	0,00
JUN/2022	73	31	LID	0,00	0,00	0,00
JUL/2022	89	31	LID	0,00	0,00	0,00

Reservado ao Fisco

Novo modelo de Nota Fiscal de Energia Elétrica nos termos do Ajuste Sinief 01/2019 (CONFAZ)

DADOS DE MEDIÇÃO

Medida	Consumo	Costo	Leitura	Costo por kWh	Consumo	Consumo
3184580 ENL-297	EBR2022 (kWh)	HT	1,034	4,915	1,00	92

NOTIFICAÇÃO RELATIVA A CONTAS VENCIDAS

CONSTAM OS SEGUINTE DEBITOS SUJEITOS A CORREÇÃO, CASO JA TENHA EFETUADO O PAGAMENTO, DESCONSIDERAR:

Mes/Ano	Valor (R\$)
01/2022	62,20



Companhia Energética do Ceará
 Rua Padre Vitoriano, 150
 Fortaleza - CE - CEP: 01135-040
 CNPJ: 07.047.231/0001-70 - COP: 06.105.848-9

A tarifa social de energia elétrica foi criada pela Lei 10.438 de 26 de abril de 2002



DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL DE ENERGIA ELÉTRICA ELETRÔNICA

CLASSIFICAÇÃO DA UNIDADE CONSUMIDORA	TIPO DE FONECIMENTO
B1 RESIDENCIAL - Residencial baixa renda - I100.2U03 - 94000 - 6631.34-NAN-636	Mor 151CO
MERCIA TAVARES DOS SANTOS BC CORREDOR DA BARRA GRANDE, 0, 00000 0 CALUAI, ICAPUI, CE CEP 62810 000 CPF: *** 377 23* ** INSC. EST: ISENT0	INSTALAÇÃO UNID. CONSUMIDORA 6556872
	Nº DO CLIENTE 44788783

MES/ANO DE REFERÊNCIA	VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
05/2022	15/05/2022	R\$ 83,64

INFORMAÇÕES FISCAIS



NOTA FISCAL N 012883267 - SERIE 001 / DATA DE EMISSAO: 05/05/2022
 EMITIDO EM CONTINGENCIA - Pendente de Autorizacao
 Consulte pela Chave de Acesso em
<http://dfe-portal.sefazvirtual.rs.gov.br/NF3e/consulta>
 chave de acesso:
 2322 0507 0472 5100 0170 6600 0012 8832 6720 4517 0650
 Protocolo de autorizacao: 0000000000000000 - as
 CFOP 5258: VENDA DE ENERGIA FLETRICA A NAO CONTRIBUINTE
 Data de apresentacao: 05/05/2022

DIENSAGENS IMPORTANTES

- Unid. consumidora enquadrada na subclasse Residencial baixa renda, faturada com desc. tarifário de R\$ 24,33.

A Aneel definiu que a partir de 16/04/22 a bandeira tarifária será a verde, sem custos adicionais na fatura. A cobrança da bandeira escassez hídrica será proporcional aos dias de consumo anteriores a essa data (exceto para cliente tarifa social).

Informamos que a tarifa da Enel Ceará foi reajustada, em média 24,85%, por meio da REH ANEEL nº 3026/22, com vigência de 22/04/22 a 21/04/23

DATA DE LETURA	LEITURA ANTERIOR	LEITURA ATUAL	Nº DE DIAS	PROXIMA LETURA
	06/04/2022	05/05/2022	29	06/06/2022

DESCRIÇÃO DO FATURAMENTO

Item de Fatura	Unid	Qtd	Preço un (R\$) contributos	Valor (R\$)	PIS/COFINS	BC ICMS(R\$)	Aliq ICMS%	ICMS	Tarifa un R\$
Des At Fato II de 0001 de 0001	Wh	30	0,1607	4,89	0,11	4,17	27,00	1,12	0,08800
Des At Fato II de 0001 de 0001	Wh	51	0,2300	12,19	0,35	12,21	27,00	3,30	0,16810
Des At Fato II de 0001 de 0001	Wh	50	0,1607	8,01	0,15	4,90	27,00	1,32	0,11523
Des At Fato II de 0001 de 0001	Wh	51	0,2300	14,55	0,40	14,54	27,00	3,97	0,19754
Benefício Tarifário Líquido			0,00000	24,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00000
IP Burn Pub Prod Municipal			0,00000	0,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00000
Débito de Pequenos Valores			0,00000	3,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00000
SUBTOTAL FATURAMENTO:				70,27					
SUBTOTAL OUTROS:				13,37					
TOTAL:									



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: DAMIANA LOPES DA SILVA
CPF: 812.198.904-30

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão se refere à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 08:51:20 do dia 22/06/2022 <hora e data de Brasília>.

Válida até 19/12/2022.

Código de controle da certidão: **C455.0177.3D66.40A3**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUI
SECRETARIA DE FINANÇAS
CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS



Nº 2022000205

DADOS DO CONTRIBUINTE OU RESPONSÁVEL

Inscrição Contribuinte / Nome

111522 - DAMIANA LOPES DA SILVA

Endereço

PV TANQUE DO LIMA, 000 CASA

DISTRITO DE MATA FRESCA ARACATI-CE CEP: 62800000

No. Requerimento

2022000205/2022

Documento

C.P.F.: 812.198.904-30

Natureza jurídica

Pessoa Física

CERTIDÃO

Ressalvo o direito da Receita Municipal inscrever e cobrar as dívidas apuradas, certifica-se para fins de direito, que analisados os registros da Dívida Ativa do Município, verificou-se a NÃO EXISTÊNCIA DE INSCRIÇÕES com débitos, e para constar, foi emitida esta Certidão Negativa.

Validade: 60 Dias

Prefeitura Municipal de Icapuí.

ICAPUI-CE, 22 DE JUNHO DE 2022

Esta certidão é válida por 060 dias contados da data de emissão

VALIDA ATÉ: 20/08/2022

COD. VALIDAÇÃO 2022000205





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: DAMIANA LOPES DA SILVA

CPF: 812.198.904-30

Certidão nº: 19651389/2022

Expedição: 22/06/2022, às 08:52:47

Validade: 19/12/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **DAMIANA LOPES DA SILVA**, inscrito(a) no CPF sob o nº **812.198.904-30**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Procuradoria Geral do Estado



Certidão Negativa de Débitos Estaduais
202212671240

Emitida para os efeitos da Instrução Normativa Nº 13 de 02/03/2001

IDENTIFICAÇÃO DO(A) REQUERENTE
Inscrição Estadual: *****
CNPJ / CPF: 81219890430
RAZÃO SOCIAL: *****

Ressalvado o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para fins de direito, que revendo os registros do Cadastro de Inadimplentes da Fazenda Pública Estadual - CADINE, verificou-se nada existir em nome do(a) requerente acima identificado(a) até a presente data e horário, e, para constar, foi emitida esta certidão.

EMITIDA VIA INTERNET EM 22/06/2022 ÀS 08:49:49
VÁLIDA ATÉ 21/08/2022

A autenticidade deste documento deverá ser comprovada via Internet, no endereço
www.sefaz.ce.gov.br

ESTADO DO CEARÁ
MUNICÍPIO DE ICAPUÍ



PREFEITURA DE
ICAPUÍ
No caminho do desenvolvimento



Da: Secretaria de Assistência Social
Para: Departamento de Contabilidade
Assunto: Solicitação de verificação de dotação orçamentária

Solicito a verificação de disponibilidade da existência de recursos orçamentários para cobertura das despesas na ordem de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais), com vistas à deflagração de procedimento de dispensa de licitação para **LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL, COM SUBSIDIO DE ALUGUEL SOCIAL, DESTINADO A UMA FAMÍLIA A SER ACOMPANHADA PELA EQUIPE TÉCNICA DO CRAS.**

Icapuí-CE, 08 de julho de 2022.



Maria Aparecida de Alcântara
Secretária de Assistência Social



PORTARIA Nº 265/2021

Nomela o (a) Sr.(a) Ana Patrícia
Pereira de Freitas para responder
pelo cargo que indica e dá outras
providências,

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE ICAPUI, no Estado do Ceará, Sr. Raimundo
Lacerda Filho, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o que lhe
confere o artigo 9º, Inciso II, da Lei Municipal de nº 094/92, de 27 de janeiro de
1992,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR o (a) Sr. (a) ANA PATRÍCIA PEREIRA DE FREITAS,
portadora do RG nº 20070765744 e CPF nº 047.396.433-32, para ocupar o
cargo de COORDENADOR DE CONTABILIDADE, na Estrutura Organizacional
da Secretaria de Administração e Finanças de Icapuí.

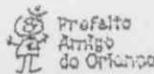
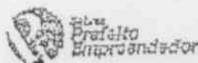
Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas
as disposições em contrário.

REGISTRE-SE; PUBLIQUE-SE; CUMPRA-SE.

Sede do Governo Municipal de Icapuí (CE), aos 10 de maio de 2021.


Raimundo Lacerda Filho
Prefeito Municipal

Publicada e registrada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças da
Prefeitura Municipal de Icapuí, na data supra, e publicada no lugar público de
costume por afixação da mesma data.





DESPACHO

Do: Departamento de Contabilidade

Para: Ilma. Sr. Maria Aparecida de Alcântara, Secretária de Assistência Social.

Em atendimento ao Art. 7º, § 2º, inciso III, da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, informamos a Vossa Senhoria a existência de crédito orçamentário para atender as despesas com a **LOCAÇÃO DE IMÓVEL, COM SUBSÍDIO DE ALUGUEL SOCIAL, PARA UMA FAMÍLIA A SER ACOMPANHADA PELA EQUIPE TÉCNICA DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS).**

A despesa será consignada a seguinte dotação orçamentária:

- 07 - Secretaria de Assistência Social
- 01 - Fundo Municipal de Assistência Social
- 08.122.0002.2.050 - Gerenciamento Administrativo da Secretaria Assistência Social.
- 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física

Icapuí-CE, 08 de julho de 2022.

Ana Patrícia Pereira de Freitas
Coordenadora de Contabilidade



JUSTIFICATIVA DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Lei Federal 8.666/93 e suas posteriores alterações, ao regular o procedimento licitatório, prevê em seu artigo 24, inciso X, ser dispensável a licitação "para compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípua da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia".

Pelo presente, comunico que a Secretaria de Assistência Social tem a necessidade de locar um Imóvel, como subsídio de aluguel social, para uma família a ser acompanhada pela equipe técnica do CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS.). Tendo em vista que nossa Secretaria não dispõe de espaço físico e condições financeira para a construção de imóvel.

A pretensão e formalizar o contrato mediante Dispensa de Licitação, isto conforme previsão legal contida no artigo 24, inciso X, e do artigo 26, parágrafo único ambos da Lei n.º 8.666/93, com as alterações que lhe foram dadas pelas demais leis e decretos posteriores.

Art. 24. É Dispensável a Licitação

X - para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípua da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

Art. 26.

Parágrafo único. O processo de dispensa de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

(...)

- II- razão da escolha de fornecedor ou executante;
- III- justificativa do preço;

Todas as providências requeridas estão sendo atendidas, inclusive com a avaliação prévia pela comissão de avaliação.

A Lei nº. 8.666/93, sobre locação de imóveis, traz os seguintes dispositivos:

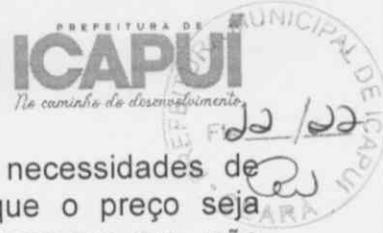
Art. 24 É dispensável a licitação:

(...)

X - para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípua da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia.

Assim, de acordo com o diploma legal, conhecido como Lei das Licitações e Contratos, poderá ser dispensada a licitação para locação de imóvel destinado ao

ESTADO DO CEARÁ
MUNICÍPIO DE ICAPUI



atendimento de finalidades precípua da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia, caso em que, não comprovado tais requisitos será necessária a abertura de licitação, em que a modalidade adotada deve ater-se às definições constantes no art. 23 da Lei nº. 8.666 de 21 de julho de 1993.

O Tribunal de Contas da União exigiu ao menos duas condições indispensáveis para realizar a dispensa de licitação para aquisição ou locação de imóveis, nos seguintes termos:

Para se promover a dispensa de licitação destinada a aquisição ou locação de imóvel, a norma impõe a observância de pelo menos duas condições essenciais, dentre outras: **1ª) necessidade de instalação e localização; e 2ª) avaliação prévia para se apurar a compatibilidade do preço com o valor de mercado.** Essas condições devem ser referidas de forma harmônica no contexto da lei de licitações, levando-se em consideração todos os princípios e preceitos, para evitar interpretações distorcidas. (Decisão nº. 343/1997, Plenário, rel. Min. Carlos Átila). (Grifo nosso).

Assim, de acordo com o entendimento do TCU supramencionado, as necessidades de instalação e localização condicionam a escolha do imóvel, bem como e necessária avaliação prévia para apurar a compatibilidade do preço com o valor de mercado.

Ressaltam, também, a doutrina e a jurisprudência que a dispensa de licitação deve ser excepcional, pois a regra é que toda a contratação da Administração Pública deva ser precedida de licitação, para preservar o princípio da supremacia do interesse público. Portanto, o critério de limite de preço e objeto só foi adotado pelo legislador para, em caso de imóveis que atendam às finalidades precípua da Administração pelas características e pela localização, pudesse o poder público dispensar a licitação, já que existem hipóteses em que a licitação formal seria impossível ou frustraria a própria consecução dos interesses públicos. O procedimento licitatório normal conduziria ao sacrifício do interesse público e não asseguraria a contratação mais vantajosa, portanto, em certos casos, o imóvel pretendido possui características primordiais para o atendimento da demanda pelos serviços públicos.

Veja o posicionamento do Egrégio Superior Tribunal de Justiça sobre a contratação por dispensa de licitação:

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. DISPENSA DE LICITAÇÃO. ATO ILÍCITO NÃO DEMONSTRADO. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. ÓBICEDA SÚMULA07/STJ.

1. O recurso especial não é servil ao exame de questões que demandam prevolvimento do contexto fático-probatório dos autos, em face do óbice contido na Súmula 07/STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial".
2. In casu, as conclusões da Corte de origem no sentido de que os recorridos não praticaram qualquer ilícito no ato de dispensa de licitação para o aluguel de um galpão, "Não comprovou, pois, a existência de qualquer ato ilegal, ou lesivo ao Município. E se existisse, não se demonstrou dolo ou culpa na ação do ex-Prefeito, que, aliás, segundo se afirma, foi



vitima de conchavos e tramoias políticas excusas, seccionando seu mandato, no exclusivo interesse político-partidário”, resultaram do exame de todo o conjunto probatório carreado nos presentes autos. Consectariamente, infirmar referida conclusão implicaria syndicar matéria fática, interdita ao E. STJ em face do enunciado sumular nº. 07 desta Corte.

3. É que bem concluiu a Corte a quo que:

“Não se divisa qualquer ilegalidade, restando harmônica com os dizeres do art. 24 da Lei nº. 8.666/93, que reza em seu inciso X: “é dispensável a licitação: X - para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípua da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia”. (Redação dada pela Lei nº. 8.666/93).

ORA, havia necessidade de imóvel, consoante se demonstrou.

Não comprovou, pois, a existência de qualquer ato ilegal, ou lesivo ao Município.

E se existisse, não se demonstrou dolo ou culpa na ação do ex-Prefeito, que, aliás, segundo se afirma, foi vitima de conchavos e tramoias políticas excusas, seccionando seu mandato, no exclusivo interesse político-partidário.

4. Inexiste ofensa ao art. 535 do CPC, quando o Tribunal de origem, embora sucintamente, pronuncia-se de forma clara e suficiente sobre a questão posta nos autos. Ademais, o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte, desde que os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão.

5. Recurso especial parcialmente conhecido, e nessa parte improvido. (REsp. 685.046/MG, Rel. Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, julgado em 03/05/2007, DJ 31/05/2007, p. 331)

Ora, ausência de licitação não equivale a contratação informal, realizada com quem a administração bem entender, sem cautelas nem documentação.

A contratação direta não significa inaplicação dos princípios básicos que orientam a administração pública, ou seja, não caracteriza poder discricionário puro ou livre atuação administrativa. Permanece o dever de realizar a melhor contratação possível, dando tratamento igualitário a todos os possíveis contratados.

Por isso, num primeiro momento a Administração verifica a existência de uma necessidade a ser atendida. Deve diagnosticar o meio mais adequado para atender o reclamo. Definir um objeto a ser contratado, inclusive adotando providencias acerca da elaboração do projeto, se for o acaso, apuração da competitividade entre a contratação, previsões orçamentárias, etc.

Pelos documentos que compõem o presente processo, todas as providências exigíveis foram tomadas.

Adentrando ainda mais no mérito da seleção, atestamos que, diante das características estruturais do imóvel e peculiaridades quanto à região (acesso, segurança, proximidade às demais secretarias etc.), o imóvel ambicionado é o único imóvel na área que atende as necessidades da Unidade Administrativa.

O imóvel tem características tipo (residencial), com vários fatores favoráveis como: um local amplo, centralizado, de fácil acesso, arejado e o imóvel encontra-se em bom estado de conservação de uso (conforme fotos anexas ao



ESTADO DO CEARÁ
MUNICÍPIO DE ICAPUI



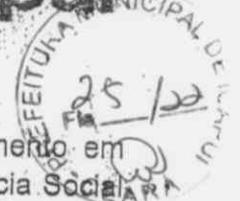
Laudo de Avaliação). O que nos leva a escolher este local como o mais apropriado para que a família seja acompanhada pela equipe técnica do CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS.).

Considerando que o imóvel é o que mais se adequa ao atendimento das finalidades precípuas da administração, levando-se em conta a localização, o tipo de edificação, e conforme "Laudo de Avaliação", confirmamos que o valor da locação de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) mensais para o imóvel localizado na Bc. Corredor da Barra Grande, s/n, Cajuais, Icapuí/CE, com área de 375,00m², para alocar uma família para ser acompanhada pela equipe técnica do CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS.), por um período de seis meses, totalizando R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais), está de acordo com o praticado no mercado imobiliário local, ficando constatado que o imóvel pertencente a Sr. Damiana Lopes da Silva, CPF: 812.198.904-30, com endereço na Pv Tanque do Lima, s/n, Mata Fresca, Aracati/CE, CEP: 62.800-000, atende perfeitamente ao fim que se acha destinado, ficando justificado sua escolha.

Estudando o caso, concluímos que a locação do imóvel, observando a Lei nº. 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, em especial o disposto no artigo 24, inciso X, hipótese em que se enquadra, bem como estando o preço compatível com o preço praticado no mercado, temos que a contratação pode ser realizada nos termos do art. 24, X da Lei 8.666/93.

Icapuí-CE, 11 de julho de 2022.


Maria Aparecida de Alcântara
Secretária de Assistência Social



PORTARIA Nº 001/2021

Dispõe sobre nomeação de cargo de provimento em comissão de Secretária Municipal de Assistência Social da Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal de Icapuí e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ICAPUÍ, no Estado do Ceará, Sr. Raimundo Lacerda Filho, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o que lhe confere o artigo 9º, inciso II, da Lei Municipal de nº 094/92, de 27 de janeiro de 1992, combinado com os termos do artigo 77, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Icapuí,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR o (a) Sr.(a) **MARIA APARECIDA DE ALCÂNTARA**, portadora do RG nº 310268896 SSP/CE e do CPF nº 943.488.393-87, para ocupar o cargo de Secretária Municipal de Assistência Social, da Estrutura Organizacional do município de Icapuí.

Art. 2º - A posse da Secretária Municipal de Assistência Social de Icapuí – CE se dará automaticamente no dia 01 de janeiro de 2021, ficando a mesmo, a partir desta data, com as prerrogativas, os direitos e os deveres do cargo.

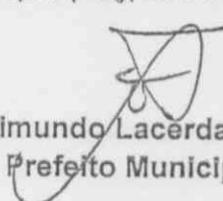
PARÁGRAFO ÚNICO: No ato de posse, a declaração de bens será prestada pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Icapuí – CE e será arquivada em sua pasta funcional.

Art. 3º - Qualquer ação, sem a prévia autorização do Chefe do Poder Executivo Municipal, será Nulo de Pleno Direito e as despesas correrão por conta de quem autorizou.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE;PUBLIQUE-SE;CUMPRA-SE.

Sede do Governo Municipal de Icapuí (CE), aos 04 de janeiro de 2021.


Raimundo Lacerda Filho
Prefeito Municipal

Publicada e registrada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Icapuí, na data supra, e publicada no lugar público de costume por afixação da mesma data.

**AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE
DISPENSA DE LICITAÇÃO**



A Secretária de Assistência Social do Município de Icapuí - CE, Maria Aparecida de Alcântara, no uso de suas atribuições, que lhe confere a legislação em vigor, especialmente a Lei nº 8.666/93 e suas alterações legais, resolve:

1. Autorizar a abertura do presente processo de dispensa de licitação, assim identificado:
2. **Base legal:** Art. 24, inciso X, e do artigo 26, parágrafo único ambos da Lei n.º 8.666/93.
3. **Objeto:** Locação de um imóvel como subsidio de Aluguel Social destinado a uma família para ser acompanhada pela equipe técnica do CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) do Município de Icapuí - Ceará.
4. **Dotação Orçamentária:** 07.01.08.122.0002.2.050
5. **Elemento de Despesas:** 3.3.90.36.00
6. **Fonte de Recursos:** Própria
7. **Locadora:** Sra. Damiana Lopes da Silva, CPF: 812.198.904-30, com endereço na Pv. Tanque do Lima, s/n, Mata Fresca, Aracati/CE, CEP: 62.800-000.

Icapuí-CE, 11 de julho de 2022.


Maria Aparecida de Alcântara
Secretária de Assistência Social



PORTARIA Nº. 367/2021

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ICAPUÍ, no Estado do Ceará, Sr. Raimundo Lacerda Filho, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o que lhe confere o artigo 77º, Inciso I, da Lei Orgânica do Município de Icapuí,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR a Comissão Permanente de Licitação do Município de Icapuí, composta pelos seguintes membros:

Presidente: o Sr. EDINARDO DE OLIVEIRA PEREIRA, portador de CPF nº. 464.143.803-00;

1º Membro: o Sr. ANTÔNIO WIGENES LOURENÇO BEZERRA, portador do CPF nº. 032.707.243-14;

2º Membro: o Sr. ELINALDO ALVES DA SILVA, portador do CPF nº. 787.470.663-34.

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução desta portaria correrão à conta das dotações próprias, consignadas no vigente orçamento do Poder Executivo Municipal.

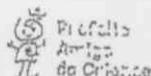
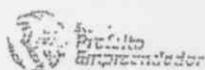
Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

REGISTRE-SE; PUBLIQUE-SE; CUMPRA-SE.

Sede do Governo Municipal de Icapuí (CE), aos 03 de novembro de 2021.


Raimundo Lacerda Filho
Prefeito Municipal

Publicada e registrada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Icapuí, na data supra, e publicada no lugar público de costume por afixação da mesma data.



ESCOLA
NOTA DEZ





TERMO DE ABERTURA DE PROCESSO DE DISPENSA

Tendo sido autorizado pela Secretária de Assistência Social, a Comissão Permanente de Licitação, no uso de suas atribuições legais, resolveu autuar a presente Dispensa de Licitação.

As atribuições da Comissão Permanente de Licitações – CPL, previstas no inciso XVI do artigo 6º da Lei nº 8.666/93, ao contrário dos procedimentos licitatórios propriamente ditos, tem pouca contribuição nos casos de contratação direta, por meio de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

Deste modo, a Comissão Permanente de Licitação, se manifesta somente quanto a autuação do processo administrativo, já que o processamento das contratações diretas, são elaboradas de acordo com as determinações, informações e documentação fornecidas pelas Unidades Administrativas, quem detém o conhecimento fático e técnico das suas necessidades.

Pelo presente termo, fica autuado a Dispensa de Licitação sob o nº 2022.07.11.01, destinado a Locação de imóvel, como subsidio de aluguel social, para uma família a ser acompanhada pela equipe técnica do CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS).

O processo de dispensa será instruído com a autuação de todos os documentos necessários, devidamente numerados em ordem crescente, de modo a atender ao disposto no artigo 38, da Lei federal nº 8.666/93.

Icapuí-CE, 11 de julho de 2022.

Edinaldo de Oliveira Pereira
Presidente

Antônio Wígenes Lourenço Bezerra
Membro

Elnaldo Alves da Silva
Membro



DESPACHO

Da: Secretária de Assistência Social
Para: Assessoria Jurídica

Tendo em vista procedimento de dispensa de licitação para a locação de imóvel, como subsidio de aluguel social, para uma família a ser acompanhada pela equipe técnica do CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS), que está em andamento, envio documentos para devida análise jurídicos, a fim de que se garanta que o referido processo de dispensa esteja dentro da legalidade e de acordo com os princípios que norteiam o processo de dispensa de licitação, especialmente o art. 24, inciso X.

Atenciosamente,

Icapuí-CE, 11 de julho de 2022.


Maria Aparecida de Alcântara
Secretária de Assistência Social

PORTARIA Nº 170/2021

Secretaria de
Administração
e Finanças

Prefeitura de
Icapuí - CE



Nomeia o (a) Sr(a) Cristian Daxi
Costa Ferreira para responder pelo
cargo que indica e dá outras
providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ICAPUÍ, no Estado do Ceará, Sr. Raimundo Lacerda Filho, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o que lhe confere o artigo 9º, inciso II, da Lei Municipal de nº 094/92, de 27 de janeiro de 1992,

R E S O L V E:

Art. 1º - NOMEAR o (a) Sr. (a) CRISTIAN DAXI COSTA FERREIRA, portador do RG nº 002576804 SSP/RN e do CPF nº 046.066.193-09, para ocupar o cargo de ASSESSOR JURÍDICO, na Estrutura Organizacional da Secretaria Municipal de Governo de Icapuí.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE; PUBLIQUE-SE; CUMPRA-SE.

Sede do Governo Municipal de Icapuí (CE), 09 de fevereiro de 2021.

Raimundo Lacerda Filho
Prefeito Municipal

Publicada e registrada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Icapuí, na data supra, e publicada no lugar público de costume por afixação da mesma data.



PARECER JURÍDICO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 2022.07.11.01
INTERESSADA: Secretaria Municipal de Assistência Social

Ementa: Dispensa de licitação para locação de imóvel, destinado a família a ser acompanhada pela equipe técnica do CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) (aluguel social). Base Legal: Lei Federal nº 8.666/93. Possibilidade. REQUISITOS ATENDIDOS. Continuidade do Serviço Público de Assistência Social. INTERESSE PÚBLICO DEMONSTRADO.

1. DA CONSULTA

Solicita-nos a Secretária de Assistência Social, análise quanto a possibilidade de contratação direta, para locação do imóvel localizado no Bc. Corredor da Barra Grande, s/n, Cajuais, Icapuí/CE, de propriedade da Sra. Damiana Lopes da Silva, onde o mesmo servirá de aluguel social para uma família a ser acompanhada pela equipe técnica do CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS).

Tem-se nos autos o Parecer Técnico (Laudo de Avaliação) constatando a salubridade do imóvel, tornando-o apto para o funcionamento, o preço, indicando que está de acordo com o praticado usualmente no mercado, além de outros documentos que atestam o interesse público.

Após medidas internas por força do VI, art. 38, Lei nº 8.666/93, encaminhou-se os autos para esta assessoria manifestar-se.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO

2.1 DA POSSIBILIDADE DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA LOCAÇÃO DE IMÓVEIS

Por força de dispositivos constitucionais (XXI, art. 37, CF/88) e infraconstitucional (art. 2º da Lei nº 8.666/93), a Administração Pública, em regra, deve escolher seus contratados mediante prévio certame licitatório (princípio da obrigatoriedade), contudo o legislador ressalvou hipóteses em que a seleção de contratados pode prescindir da licitação, as exceções são classicamente denominadas de “dispensa” e “inexigibilidade”, e as hipóteses legais estão fixadas nos arts. 24 e 25 da Lei nº 8.666/93, respectivamente.

Em outras palavras, quando a Lei prevê hipóteses de contratação direta (dispensa e inexigibilidade) é porque admite que por vezes a realização do certame não levará à melhor contratação pela Administração ou que, pelo menos, a sujeição do negócio ao procedimento formal e burocrático previsto pelo estatuto não serve ao eficaz atendimento do interesse público para a finalidade específica.

Dentre as hipóteses legais de dispensa de licitação encontra-se a locação de imóvel para atender as necessidades da Administração Pública (inteligência do inciso X, art. 24, Lei nº 8.666/93), vejamos:

Art. 24. É dispensável a Licitação:

(...)

X - para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades preçpuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia; Grifou-se.

Vê-se que objetivamente existe previsão legal à locação de imóveis por dispensa de licitação, no mesmo sentido é a manifestação do respeitado doutrinador Marçal Justen Filho (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 13ª ed., São Paulo: Dialética, 2009, pg. 310), vejamos:

Quando a Administração necessita de imóvel para destinação peculiar ou com localização determinada, não se torna possível a competição entre particulares. (...) A aquisição ou locação de imóvel destinado a utilização específica ou em localização determinada acarreta inviabilidade de competição. Trata-se de hipótese de inexigibilidade de licitação... (grifamos).

Portanto assiste ao gestor público discricionariedade quanto a escolha de imóvel a ser locado para nele desempenhar as atividades administrativas dos órgãos integrantes de sua estrutura administrava, contudo tal margem de ação, não significa arbitrariedade, pois, estão fixados requisitos, os quais devem ser observados e comprovados nos autos em cada caso concreto.

Para o caso em questão, verifica-se a necessidade de locação de imóvel, como subsidio de aluguel social, para uma família a ser acompanhada pela equipe técnica do CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS), passemos a análise dos requisitos para a legalidade da locação.

2.2 DOS REQUISITOS PARA A LOCAÇÃO DE IMÓVEIS PELO PODER PÚBLICO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO

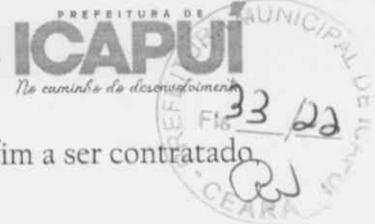
Segundo novamente Marçal Justen Filho (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 13ª ed., São Paulo: Dialética, 2009, pg. 311), os requisitos para a locação de imóveis por dispensa de licitação são os seguintes:

A contratação depende, portanto, da evidenciação de três requisitos, a saber: a) necessidade de imóvel para satisfação das necessidades administrativas; b) adequação de um determinado imóvel para satisfação das necessidades estatais; c) compatibilidade do preço (do aluguel) com os parâmetros de mercado. Grifou-se.

Noutro giro, vislumbramos no processo JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO, RAZÃO DA ESCOLHA E DO PREÇO, atestando-se a necessidade de imóvel para satisfação de necessidade administrativa de órgão integrante da estrutura administrativa do Município de Icapuí, restando assim satisfeito o primeiro requisito.

Bem como verifica-se a existência de laudo emitido pela Engenheira Civil do Município, profissional competente, atestando a sanidade física do imóvel e a salubridade do





mesmo para o funcionamento, de forma a atender as necessidades para o fim a ser contratado estando presente o segundo requisito.

Quanto ao último requisito (compatibilidade do preço com os parâmetros de mercado), a Administração Pública Municipal procedeu com a avaliação prévia do imóvel e do valor do aluguel, de modo que ficou registrada a compatibilidade do preço com o mercado local.

Além do mais, para a locação direta, é necessário constar no processo a comprovação de não haver outro imóvel similar e disponível. Deve-se também comprovar a impossibilidade de satisfazer o interesse público de qualquer outra maneira. Assim, caberia à Administração, além de diligenciar a fim de comprovar o preenchimento dos requisitos para contratação direta com dados concretos, selecionar a melhor proposta possível, repudiando escolhas meramente subjetivas.

Assim os citados requisitos à dispensa de licitação restam satisfeitos no presente caso concreto de locação de imóvel como subsidio de aluguel social, para uma família a ser acompanhada pela equipe técnica do CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS).

O interesse público está demonstrado, bem como há necessidade de continuidade do serviço público, no caso, o da assistência social.

3. DA CONCLUSÃO

Pelo exposto, diante do interesse público devidamente justificado, e baseando-se nos princípios da necessidade, Finalidade e na Continuidade do Serviço Público, bem como nos documentos anexos a este processo de dispensa, esta assessoria manifesta-se pela POSSIBILIDADE de contratação direta no valor de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais), na presente análise, por DISPENSA DE LICITAÇÃO, com fundamento no inciso X, art. 24, Lei nº 8.666-93.

Alerta-se para a necessidade ao ordenador de despesas responsável no prazo legal (caput, art.26) e posterior ratificação e publicação como de estilo.

É o parecer.

S. M. J.

Icapuí-CE, 13 de julho de 2022.


Cristian Dáxi Costa Ferreira
Assessor Jurídico
OAB/RN Nº 15.898



RATIFICAÇÃO

MARIA APARECIDA DE ALCÂNTARA, Secretária de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Icapuí, Estado do Ceará, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 24, inciso X, da Lei federal nº 8.666/93,

RATIFICA a Dispensa de Licitação para a contratação direta da Sra. Damiana Lopes da Silva, para Locação de um imóvel, com subsidio de Aluguel Social, destinado a uma família a ser acompanhada pela equipe técnica do CRAS, com fundamento no parecer da Assessoria Jurídica e no artigo 24, inciso X, da Lei federal nº 8.666/93.

Portanto, autorizo a contratação, no valor de R\$ 2.400,00 (Dois mil, quatrocentos reais) em favor da Sra. Damiana Lopes da Silva, determinando que se proceda a publicação legal do extrato de DISPENSA devido.

Icapuí-CE, 13 de julho de 2022.


Maria Aparecida de Alcântara
Secretária do Fundo Municipal de Assistência Social





EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Sra. Maria Aparecida de Alcântara, Secretária de Assistência Social, faz publicar o extrato do processo de dispensa de licitação a seguir: **PROCESSO Nº. 2022.07.11.01. OBJETO:** Locação de um imóvel, com subsidio de Aluguel Social, destinado a uma família a ser acompanhada pela equipe técnica do CRAS. **FAVORECIDA:** A Sra. Damiana Lopes da Silva. **VALOR:** R\$ 400,00 (quatrocentos reais) mensais, por um período de 06 (seis) meses, perfazendo um total de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais) **FUNDAMENTO LEGAL:** inciso X do Art. 24 da Lei Nº. 8.666/93 e suas demais alterações. **DECLARAÇÃO DE DISPENSA** emitida pelo Presidente da Comissão de Licitação. Ratificado pela Sr. Maria Aparecida de Alcântara.

Icapuí-CE, 13 de julho de 2022.



Maria Aparecida de Alcântara
Secretária de Assistência Social



CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL
PROCESSO DE DISPENSA Nº 2022.07.11.01
CONTRATO Nº: 364/2022

CONTRATO DE LOCAÇÃO que fazem de um lado a Sra. Damiana Lopes da Silva, CPF: 812.198.904-30, com endereço na Pv Tanque do Lima, s/n, Mata Fresca, Aracati/CE, CEP: 62.800-000 e do outro lado o Município de Icapuí, instituição de direito público interno, com endereço na Praça Adauto Róseo, 1229 - Centro - Icapuí Ceará, inscrito no CNPJ sob o Nº. 10.393.593/0001-57, através do Fundo Municipal de Assistência Social, inscrito no CNPJ sob o Nº 14.792.296/0001-35, neste ato representado pela Secretária, a Sr. Maria Aparecida de Alcântara.

A primeira nomeada aqui designada "**LOCADORA**", sendo proprietária do imóvel objeto do presente contrato, loca-se ao segundo, aqui designado "**LOCATÁRIO**", mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1 - O presente contrato rege-se pelas disposições da Lei Federal n.º 8.666, de 21/06/1993, e suas alterações, pelos preceitos do Direito Público, aplicando-se lhe, supletivamente, os princípios da Teoria Geral Dos Contratos e disposições do Direito Privado, em especial a Lei Federal n.º 8.245/91.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1 - O objeto do presente contrato é a locação de um imóvel, como subsidio de aluguel social, localizado no Bc. Corredor da Barra Grande, s/n, Cajuais, Icapuí/CE, onde irá alocar uma família para ser acompanhada pela equipe técnica do CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL CRAS.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1 - O aluguel terá um valor mensal de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), por um período de 06 (seis) meses, perfazendo um total de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais).

3.2 - O presente instrumento não sofrerá reajuste dentro do prazo estipulado para sua vigência

3.3 - Somente será devido ao reajuste após 06 (seis) meses do início do presente contrato, sendo adotado para fins de correção o IGPM, ou outro que legalmente venha a substituí-lo.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS

4.1 - O presente contrato entrará em vigor a partir da data de sua assinatura, e terá validade de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado em conformidade com o inciso II, do art. 57 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

5.1 - O pagamento será efetuado através de repasse mensal ao contratado, até o quinto dia útil do mês subsequente, mediante apresentação dos recibos à tesouraria.

CLÁUSULA SEXTA - DA ORIGEM DOS RECURSOS

6.1 - As despesas deste contrato correrão por conta da Assistência Social, na



dotação orçamentária sob o N°. 07.01.08.122.0002.2.050.3.3.90.36.00.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

7.1 - Obrigam-se o LOCADOR e o LOCATÁRIO a cumprirem fielmente o determinado no Contrato, obrigando-se ainda:

7.1.1 - O LOCATÁRIO:

- a) Efetuar o pagamento na forma e prazos ajustados;
- b) Obriga-se o locatário, salvo as obras que importem na segurança do imóvel, obriga-se por todas as outras, devendo trazer o imóvel locado em boas condições de higiene e limpeza, com os aparelhos sanitários e de iluminação, pintura, telhados, vidraças, mármore, torneiras, pias, banheiros, ralos e demais acessórios em perfeito estado de conservação e funcionamento, para assim, restituí-los quando findo ou rescindido este contrato, sem direito a retenção ou indenização por quaisquer benfeitorias ainda que necessárias, as quais ficarão desde logo incorporados ao imóvel;
- c) Não sublocar ou emprestar o imóvel, no todo ou em parte, sem o consentimento prévio do LOCADOR;
- d) Permitir, desde que não exercido o direito de preferência, que o LOCADOR aliene o imóvel locado a terceiros, com a consequente cessão de direitos decorrentes deste instrumento;
- e) Permitir o LOCADOR que examine e vistorie o imóvel locado, sempre que este entender necessário, em horário comercial e mediante prévio aviso, a fim de certificar-se de sua correta utilização.

7.1.2 – O LOCADOR:

- a) Entregar o imóvel locado em estado de servir ao uso a que se destina;
- b) Garantir durante toda a vigência do contrato o uso pacífico do imóvel locado;
- c) Dar recibo discriminando as importâncias pagas pelo locatário;
- d) Assegurar o LOCATÁRIO, na forma da lei, o exercício do direito de preferência para a aquisição do imóvel, nas mesmas condições oferecidas a terceiro, no caso de alienação do imóvel;
- e) Obrigar-se, no caso de venda do imóvel locado a terceiros, a denunciar ao comprador a existência deste instrumento, obrigando-o ao seu cumprimento em todas as condições e cláusulas;

7.2 - O presente contrato obrigará as partes por si, seus herdeiros ou sucessores.

CLÁUSULA OITAVA - DAS BENFEITORIAS

8.1 - O LOCATÁRIO poderá fazer no imóvel locado, as suas expensas, as modificações necessárias ao exercício das atividades que pretende realizar, desde que estas não afetem sua estrutura, as quais farão parte integrante do imóvel, excetuadas apenas as benfeitorias que sejam removíveis, que poderão ser retiradas por ocasião da entrega do imóvel locado.

PARÁGRAFO ÚNICO - O LOCATÁRIO não terá, no que atina às benfeitorias que passem a integrar o imóvel, direito a qualquer indenização ou retenção, salvo em relação às benfeitorias necessárias, que serão indenizáveis.



CLÁUSULA NONA - RESCISÃO

9.1 - A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em Lei ou regulamento de acordo com os Arts. 77 a 80 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

CLÁUSULA DÉCIMA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLENTO CONTRATUAL

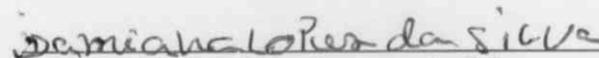
10.1 - Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a Prefeitura Municipal de Icapuí poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao LOCADOR as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1 - O Foro competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato é o da Comarca de Icapuí - CEARÁ.

Assim ajustados e contratados, firmam o presente termo em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que, após lido e achado conforme, na presença de 02 (duas) testemunhas que também o assinam, produzidos seus jurídicos e legais efeitos.

Icapuí-CE, 14 de julho de 2022.

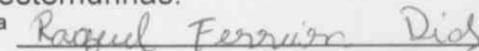


Damiana Lopes da Silva
LOCADOR

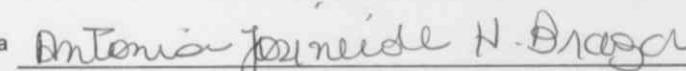


Maria Aparecida de Alcântara
Secretária de Assistência Social
LOCATÁRIO

Testemunhas:

1ª 

CPF: 060.777.533-51

2ª 

CPF: 006.978.863-24



EXTRATO DO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº: 364/2022
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2022.07.11.01

LOCATÁRIA: O Município de Icapuí, através da Secretaria de Assistência Social, representada por sua Secretária, a Sr. Maria Aparecida de Alcântara.

LOCADORA: Damiana Lopes da Silva

BASE LEGAL: A legislação aplicável a este Contrato será o art. 24, inciso X da Lei 8.666/93, e suas alterações, tudo de conformidade com o Processo Dispensa de Licitação nº. 2022.07.11.01, que passa fazer parte integrante deste.

OBJETO: O objeto do presente contrato é a locação de um imóvel, como subsidio de aluguel social, localizado no Bc. Corredor da Barra Grande, s/n, Cajuais, Icapuí/CE, onde irá alocar uma família para ser acompanhada pela equipe técnica do CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS).

VALOR DO CONTRATO: R\$ 400,00 (quatrocentos reais) mensais, por um período de 06 (seis) meses, perfazendo um total de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais) **PRAZO:** O presente contrato entrará em vigor a partir da data de sua assinatura, e terá validade de 06(seis) meses.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 07.01.08.122.0002.2.050.3.3.90.36.00.

DATA: Icapuí-CE, 14 de julho de 2022.



CERTIDÃO DE DIVULGAÇÃO

Certificamos que o extrato de contrato da Dispensa de Licitação n.º 2022.07.11.01 para a Locação de um imóvel, com subsidio de aluguel social, destinado a uma família para ser acompanhada pela equipe técnica do CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS), foi afixado Icapuí-CE, 14 de julho de 2022, no flanelógrafo desta Prefeitura Municipal, conforme estabelece a legislação em vigor.

Icapuí-CE, 14 de julho de 2022.


Maria Aparecida de Alcântara
Secretária de Assistência Social

**LEI ORGÂNICA
DO MUNICÍPIO DE
ICAPUI**



CAPÍTULO II

Dos Atos Municipais Da Publicação

Art. 107 – A publicação das leis e atos do Executivo e Legislativo, salvo onde houver imprensa oficial, poderá ser feita em órgão de imprensa local ou regional e por afixação na sede da Prefeitura ou da Câmara.

§ 1º - A publicação dos atos não-normativos, pela imprensa, poderá ser resumida.

§ 2º - Os atos de efeitos externos só produzirão efeitos após a sua publicação.

§ 3º - A escolha do órgão de imprensa para divulgação das leis e atos municipais deverá ser feita por licitação, em que levarão em conta não só as condições de preço, como as circunstâncias de frequência, horário, tiragem e distribuição.